

O LUGAR DA ESCOLA NO COMBATE A VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTIL NO MUNICÍPIO DE ARACRUZ

Daiane Barreto Miranda (barretomirandadaiane8@gmail.com)

Aluna de graduação do curso de Pedagogia

Arismar Maneia (arismarmaneia12@fsjb.edu.br)

Professor da FAACZ

RESUMO

O trabalho de pesquisa apresentado aborda sobre violência sexual é para entendê-lo é importante falar que a adolescência é considerada um dos períodos mais profundos na vida de um indivíduo, pois ocorre às transformações físicas e psicológicas, sendo uma passagem da infância para adolescência. A infância deveria ser apenas uma etapa de descobertas positivas para as crianças, porém grande parte desta são vítimas da violência sexual. Houve pressupostos que no Brasil, cerca de 165 crianças ou adolescentes sofrem abuso sexual diariamente, isso equivale a 7 a cada hora. A maioria de crianças abusadas é de meninas, na faixa etária de 7 a 14 anos, sendo que 1 a cada 3 ou 4 meninas continua sendo abusada sexualmente até os 18 anos, uma estimativa bem alta, com um quantitativo elevado, sendo assim o objetivo deste estudo, identificar se as instituições escolares do município de Aracruz, já notificaram e tiveram conhecimento de possíveis casos de violência sexual infantil, e quais são as medidas tomadas diante dessas situações. Como fonte de coleta foram realizadas entrevistas remotas aos profissionais da educação em duas escolas do município. O resultado mostra que há casos e que as escolas podem contribuir na amenização do problema. Esta pesquisa é uma forma de possivelmente conter esses casos e ter um conhecimento de que essas crianças estão sofrendo esses tipos de abusos.

PALAVRAS-CHAVE: Abuso Sexual, Escola, Formação Continuada.

1 – INTRODUÇÃO

A violência sexual contra crianças e adolescentes é um fenômeno mundial e ocorre tanto no espaço familiar quanto em outros âmbitos da sociedade. Por se tratar de um fato de extrema gravidade, tem levado à mobilização dos mais variados segmentos sociais, os quais têm buscado ações de enfrentamento do problema, inclusive por meio de políticas públicas de defesa e apoio psicossocial. De acordo com Santos (2009), para lidar com esse tipo de abuso é indispensável o envolvimento de todo o conjunto da sociedade, pois somente assim serão produzidos resultados positivos, tanto preventivos como no atendimento a crianças e adolescentes.

Trata-se de um tema, via de regra, que envolve tabus, mitos, valores pessoais, morais e religiosos, configurando-se como um assunto de difícil discussão em qualquer contexto em que ocorra. O aspecto positivo é que a violência sexual contra crianças e adolescentes ganhou a atenção dos poderes públicos e da sociedade civil brasileira, por meio da mobilização desta e da criação de leis referentes ao tema. Percebe-se, então, que o combate a esse tipo de violência requer o trabalho conjunto da sociedade, das instituições, da família e do Estado, incluindo prevenção, fortalecimento das denúncias e engajamento das instituições com o objetivo de juntas, garantir a proteção integral de crianças e adolescentes contra a violência sexual.

A infância deveria ser apenas uma etapa de descobertas positivas para as crianças, porém grande parte destas, vítimas da violência sexual, experimenta o sofrimento e a tortura física e psicológica, sendo difícil imaginar os transtornos a elas causados, já que não compreendem a razão de terem sido violentadas nem qual tenha sido a intenção do agressor ao maltratá-las.

A questão da violência sexual é um domínio que denota perversão exercida por um maior sobre um menor, na maior parte das vezes em segredo. Trata-se de um misto composto de violência física e psicológica, que causa medo e sofrimento, envolvendo, em muitos casos, uma manipulação psíquica que perdura por muito tempo e que tem consequências permanentes, impossibilitando à vítima livrar-se dela e a mantendo imobilizada.

2- O LUGAR DA ESCOLA NO COMBATE À VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTO-JUVENIL

A violência sexual, inclusive a praticada contra crianças e adolescentes, tem lugar nos mais diversificados ambientes, entre os quais o doméstico, o familiar e o escolar. E a escola, não poucas vezes, é percebida, pelas crianças, como uma fuga, um baluarte, sendo que muitas delas não têm mais desejo de voltar para casa e, dessa maneira, permanecerem longe de seu agressor, já que na maior parte dos casos este tende a ser um familiar da vítima.

Conforme Santos (2011), apesar das transformações e desafios constantes, a escola continua sendo um dos principais espaços de socialização e formação de crianças e adolescentes. A escola desponta como a mediadora do conhecimento, da tolerância, do respeito pela pessoa humana e deve exercer, juntamente com a família, o delicado papel de orientar crianças e adolescentes a respeito dos sérios riscos de se deixarem tocar ou receber carícias exageradas por parte de outrem, além de conscientizá-las de que seu corpo é particular e inviolável.

É na escola que crianças e adolescentes passam considerável parte de seu tempo, e a instituição escolar precisa ser ativa e atuante na prevenção, identificação e intervenção nos casos de violência sexual. Isso envolve o preparo dos profissionais da educação acerca do tema, pois, contando com profissionais capacitados, a escola terá condições de exercer com mais efetividade seu dever de formadora de cidadãos, assegurando os direitos das crianças e adolescentes e lhes proporcionando uma mais ampla proteção contra qualquer tipo de violência.

Landini (2011) vê a necessidade de os profissionais da educação conhecerem as principais características e formas de violência sexual, de saberem como agir em relação à questão da revelação do abuso e/ou exploração, e, muito importante, de se sentirem seguros para abordar o assunto da sexualidade com os educandos.

Martelli (2013, p. 13) afirma que a prevenção do abuso sexual é o modo mais eficiente no enfrentamento da violência sexual contra menores, porém ressalta que isso requer informação, conhecimento, problematização da sexualidade e a educação sexual. A autora, entretanto, faz uma crítica à instituição escolar, pois, a seu ver, “desde seu nascimento, a escola organiza-se de forma a silenciar as manifestações de sexualidade de professores, professoras, alunos, alunas, pais, mães e daí por diante” (2013, p. 4).

3 – METODOLOGIA

Para levantamento de dados, essa pesquisa entrevistou três profissionais, do ensino fundamental de três escolas distintas da rede pública do município de Aracruz a qual trataremos como Escolas: X, Y e Z. Podemos dizer que esse artigo trata-se de um trabalho qualitativo, onde se tem por objetivo perceber a contribuição da educação no combate à violência sexual e para isso foi importante identificar se foram notificados casos de abusos sexuais, e qual o papel e medidas que as escolas tomam nesses tipos de situações.

Foi elaborado um questionário semiestruturado com sete perguntas abertas. Todos os dados adquiridos desta forma foram analisados de forma descritiva e dialógica, destaca-se que devida à pandemia, com as escolas fechadas para a comunidade, foi necessária reunião de vídeo conferência para obter informações necessárias para a prática desta pesquisa. Para preservar a imagem dos participantes não será revelado

nomes de escolas, alunos ou profissionais envolvidos nesta pesquisa, desta forma, trataremos apenas do aspecto qualitativos relevantes à mesma.

4 – ANÁLISE DOS DADOS

Nossa primeira questão para estes profissionais buscou identificar se **existem ou existiram casos de abuso sexual infantil na escola** nos últimos cinco anos. A pedagoga da Escola X afirmou que “Infelizmente sim. Ao estudar casos de distúrbio de comportamento ou de crianças e adolescentes retraídos, depressivos, acontece às vezes de diagnosticarmos casos de abusos sexual infantil, na maioria, no lar, por um familiar próximo” enquanto que na Escola Y foi possível identificar alguns conflitos em relação às informações obtidas, de um lado temos um posicionamento da pedagoga que nega haver casos de abusos sexuais na escola por outro temos um professor que afirma “Sim. Existiram alguns casos na escola durante os 5 últimos anos. Inclusive um recentemente em que a vítima foi uma aluna com necessidades especial”, na Escola Z também foi identificado casos ao longo dos últimos cinco anos segundo a pedagoga. Falar sobre abuso sexual de vulnerável é sempre um assunto muito delicado, desta forma, seria compreensível a resistência em relação a Escola Y de falar abertamente sobre esta temática, isso se torna um desafio tanto para a Escola que vela a problemática como para o pesquisador que busca trazer dados precisos para análise de sua pesquisa, comprometendo muitas vezes a qualidade das suas informações.

A segunda pergunta feita às entrevistadas buscou identificar se, **os casos são levados ao conhecimento dos professores e/ou da direção/secretaria de educação? Como a escola trata estes casos?** A pedagoga da escola X descreveu de forma detalhada que, os casos identificados pela escola são encaminhados, em forma de relatório/denúncia ao Conselho Tutelar e à Vara da Infância e Juventude, solicitando averiguação do fato e acompanhamento psicológico. No ambiente escolar é preciso agir com prudência, resguardando o sigilo e o respeito à criança. Somente é passado para a equipe profissional o que é necessário saber e a quem precisa tomar ciência. Cada caso é um caso. A maioria das crianças que identificamos como caso de abuso sexual infantil, são vítimas de passado, porém que apresentam sequelas sociais emocionais. No âmbito pedagógico, a equipe escolar procura dar o suporte necessário, dentro das possibilidades da escola. Porém essas vítimas precisam de uma assistência além dos profissionais da escola (profissionais do setor da saúde – acompanhamento permanente, a longo prazo). A escola Y relatou de forma parcial, que todos tomam conhecimentos. Após conhecimentos são encaminhados ao Conselho Tutelar ou Ministério Público. A pedagoga Z completa que “São casos isolados e os procedimentos passam pela equipe pedagógica para as intervenções, quando vem à tona no contexto escolar é possível dialogar com a criança e encaminhar o relatório aos órgãos responsáveis”. Essa resposta foi de grande pertinência, pois abre discussão para o terceiro questionamento ao qual buscamos nos aprofundar.

É possível perceber que todas as escolas buscam as autoridades pertinentes. Enquanto papel das Escolas, **as principais dificuldades que essas têm ao lidar com relação ao abuso sexual infantil** as entrevistadas concordam que “A escola hoje se encontra com dificuldades tais como o medo da criança de falar, pois na maioria das vezes os membros mais próximos deles estão envolvidos no processo. Elas têm medo por que não sabem qual a melhor forma de abordar o vulnerável ou o que pode acontecer com elas, além de serem ameaçadas durante essas situações” desta forma, ambas as escolas reclamam da falta de incentivo por parte da Secretaria de Educação de Aracruz (SEMED) alegando não haver formação continuada sobre a temática e ainda afirmam sentir necessidade de uma equipe multidisciplinar dentro das escolas para facilitar processo de identificação de vítimas.

Mas, será que a escola pode fazer mais? Conforme afirmam os professores entrevistados nenhuma escola desenvolve projetos independentes como palestras acerca desta temática. O que acaba se tornando um jogo de empurra de responsabilidades. Sendo assim, **de quem é a responsabilidade nos casos de abuso sexual infantil?** Todas as pedagogas afirmaram que nesses casos a escola recorrer ao Conselho Tutelar, Vara da Infância e Juventude, Sistema de Saúde e Família, e a denúncia por ocorrência na polícia civil, o que legalmente é o correto a fazer, no entanto esta medida só é tomada no caso de suspeitas de abuso ou agressão sexual. Contudo, os professores entrevistados assumem que em parte todos são responsáveis “sem a devida informação e sem o olhar específico, muitos vulneráveis passam despercebidos em nossas salas” e continua “o problema é que muitos dos nossos colegas de trabalho são resistentes às formações continuadas, achando

uma perda de tempo, talvez por este motivo não haja tantas formações dentro desta temática em específico”. É incrível como os discursos entre pedagogos e professores destoam desta forma alguns questionamentos começam a surgir sobre como este tema vem realmente sendo desenvolvido em prática nas vivências escolares.

Dando continuidade às perguntas, procuramos entender se as entrevistadas tinham **conhecimento sobre os direitos da criança quando é vítima de abuso sexual? Quais?** Embora todos os entrevistados tenham mostrado conhecer os direitos da criança e adolescente somente a Escola Z deixou claro quais são esses direitos, citando inclusive as leis que respaldam. Para a pedagoga, no topo do cuidado da Criança e do Adolescente, está a família, em segundo a sociedade em geral e, por último, o Estado, citando ainda os principais artigos, sendo estes; Artigo 227 do Estatuto da Criança e do Adolescente. Código Civil e Código Penal (artigos 217, 218 e 224).

Após toda esta discussão chegamos à última e mais importante questão: **A escola pode contribuir no combate ao abuso sexual infantil? Como?** A resposta do professor da escola Y sintetiza em poucas palavras o que todas as escolas afirmam: “que a escola pode contribuir sim, chamando as famílias para assistirem palestras sobre o problema, chamando psicólogas para atenderem as crianças na escola, aproximando-se do Conselho Tutelar para conversas com a escola, divulgando sobre os problemas de abusos e violência no meio familiar”, mas o quanto do que é possível é realmente feito?

5 – CONCLUSÃO

Falar sobre abuso sexual mesmo nas Escolas pode ser visto como um tabu, fato comprovado pela resistência que estas demonstraram em fornecer informações durante nossas entrevistas remotas e entrega dos questionários para confirmar resultados das entrevistas, contudo, tal medo se dá por vários fatores, entre eles a proteção dos menores envolvidos, além do mais, o assunto se torna um problema ainda maior, quando muitas vezes a escola não pode confiar nem na família, tendo em vista que a grande maioria de casos de abuso sexual acontece dentro círculo familiar.

Infelizmente não foi possível quantificar os índices de crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual, pois as escolas não retém, ou não disponibilizaram informações destes dados, deixando as informações vagas, registrada apenas nas lembranças dos profissionais envolvidos. Esse comportamento denota considerável receio, não sobre o abuso sexual tema de nosso artigo, mas nos procedimentos e de bases documentais que possam servir de ações estratégicas para modificação do cenário já existente.

A escola precisa tomar para si a responsabilidade de instruir e incentivar os alunos através de aulas, seminários e palestras tanto para crianças quanto para adolescentes, a formação continuada se torna forte aliada neste processo, pois é ao professor que o aluno vulnerável geralmente recorre em caso de abuso, e este deve estar preparado para recebê-lo, mas nada disso é possível sem uma sistematização da problemática. Somente com a organização e planejamento adequado pode-se elaborar estratégias eficazes para minimizar ou mesmo erradicar casos de abuso sexual dentro e fora das instituições de ensino.

6 – AGRADECIMENTOS

Agradecemos à FSJB e ao CNPq pelo apoio financeiro na forma de bolsa de IC.

7 – REFERÊNCIAS (SEGUIR A ABNT 6023)

1. 5. LANDINI, Tatiana Savoia. **O professor diante da violência sexual**. Vol. 04. São Paulo, SP: Cortez, 2011.

2. MARTELLI, Andréa Cristina. **Abuso sexual contra crianças e adolescentes**: o que a escola tem a ver com isso? Paraná: Anais do Simpósio Internacional de Educação Sexual, 2013.
3. Ministério da Educação. **Guia Escolar**: Métodos para identificação de sinais de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2004.
4. SANTOS, Benedito Rodrigues dos. **Guia de referência**: construindo uma cultura de prevenção à violência sexual. São Paulo, SP: Childhood Instituto WFC Brasil, 2009.
5. SANTOS, B. R.; IPPOLITO, R. **Guia escolar**: identificação de sinais de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes. Seropédica, RJ: EDUR. 2011.